

REFLEXÃO SOBRE ASPECTOS TEÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA PRODUÇÃO NACIONAL RELATIVA AO COOPERATIVISMO

Sérgio Luís Boeira (CPGA/UFSC)¹
Vanessa Pereira Simon (CPGA/UFSC)²
João Vitor Nunes Leal (CPGA/UFSC)³
Gustavo Matarazzo Rezende (CPGA/UFSC)⁴

Resumo

Este artigo, que trata do campo dos estudos organizacionais, tem como objetivo central refletir sobre as principais contribuições teóricas e epistemológicas relativas ao cooperativismo, considerando-se um levantamento bibliográfico feito no portal Scielo Brasil (www.scielo.br/), no qual foram encontrados 31 artigos em 15 de julho de 2011. Além disso, definimos como um objetivo secundário refletir sobre a contribuição de três diferentes áreas do conhecimento nas quais os artigos foram predominantemente desenvolvidos, ou seja, psicologia, sociologia e economia/administração. Elegemos como referencial teórico-epistemológico a articulação das principais contribuições de dois autores: Alberto Guerreiro Ramos e Edgar Morin. Entendemos que estes dois autores contribuem com o avanço do conhecimento sobre os estudos organizacionais com uma abordagem *crítico-complexa*, portanto não dicotômica, e também com a compreensão teórico-epistemológica do cooperativismo. Evidentemente, não se trata, aqui, de fazer uma análise teórico-epistemológica em profundidade do que denominamos abordagem *crítico-complexa*, mas de tomar as contribuições destes dois autores como referenciais em destaque no contexto de um diálogo com outros autores e perspectivas, relativas aos estudos organizacionais, especificamente, mas considerando as contribuições de diversas ciências e da filosofia. De um modo geral, os resultados apontam para uma abordagem teórico-epistemológica ainda incipiente do cooperativismo no Scielo Brasil, ou seja, para uma predominância do paradigma da simplificação sobre o paradigma da complexidade, bem como pela desconsideração do paradigma paraeconômico e da teoria da delimitação de sistemas sociais. Entretanto, algumas incursões epistemológicas na literatura analisada apontam para a relevância da contribuição de Boaventura de Sousa Santos.

Palavras-chave: Cooperativismo; Epistemologia; Estudos Organizacionais

Introdução

A tradição do cooperativismo desde o século XIX (e mesmo antes disso)⁵ tem enfrentado diversos obstáculos institucionais, econômicos, políticos e inclusive cogniti-

¹ sbsergio267@hotmail.com

² vanessapereira71@gmail.com

³ jvnleal@gmail.com

⁴ gustavo_matarazzo@yahoo.com.br

vos.⁶ Tendo surgido no contexto do capitalismo industrial e em oposição a este, tal tradição não obteve reconhecimento fácil nem no sistema partidário oriundo das revoluções burguesas nem no espaço universitário. No âmbito das ciências da administração ou estudos organizacionais, o reconhecimento do cooperativismo tem sido igualmente obstaculizado por aspectos institucionais, econômicos, políticos e cognitivos.

A chamada Escola da Clássica da Administração, com destaque para Taylor, Fayol, Gulick, Urwick, Gantt e Gilbreth, caracterizou-se como forma de conhecimento fundamentalmente instrumental, voltada para as empresas privadas, para aumentar a produtividade do trabalho, com rigorosa separação técnica entre dirigentes e seus subordinados.

A gerência taylorista, que repercutiu em diversas partes do globo terrestre ao longo do século XX, inclusive na gestão de Lênin após a revolução socialista na Rússia, baseava-se na imposição de controles rigorosos da funcionalidade das linhas de produção, relegando o trabalhador à condição de peça descartável de uma engrenagem.

A Escola de Relações Humanas, com destaque para Mayo, Follet, McGregor, Lewin, Berne, Blake, Mouton, Roethlisberger, Barnard e outros, contrapõe-se parcialmente à Escola Clássica, recorrendo à contribuição das ciências humanas e sociais, particularmente a psicologia e a sociologia. Embora represente uma visão menos dualista das organizações, esta escola, tal como a anterior, tem recebido muitas críticas. Do ponto de vista sociológico, Guerreiro Ramos (1981) entende que o movimento de relações humanas teria sido responsável pela justificativa ideológica da estrutura institucional vigente, “desviando a atenção do enfrentamento sistêmico dos problemas sociais para o desenho oportunista de técnicas específicas de ajustamento da personalidade às exigências funcionais de diferentes tipos de organização” (BOEIRA; VIEIRA, 2006, p. 27).

Apesar da condição de ampla marginalidade da tradição cooperativista, cabe observar que, contemporaneamente, o cooperativismo tem encontrado espaços novos, com estímulos legais-institucionais, além de reconhecimento da opinião pública e inclusive um crescente interesse acadêmico.

No Brasil foi promulgada a lei básica do cooperativismo em 1932 e na década de 1990 observa-se uma renovação do debate além de uma multiplicação de iniciativas cooperativistas, no contexto de agravamento da crise econômica, com crescimento do número de desempregados a partir da chamada reestruturação produtiva promovida por políticas neoliberais. Este cenário impulsionou a criação de “empreendimentos solidários”, que fossem “capazes de promover a geração de trabalho e renda para a população excluída do mercado de trabalho formal” (DAL MAGRO; COUTINHO, 2008, p. 704).

O número de cooperativas registradas no Departamento de Registro Comercial (DNRC) cresceu, segundo a UNIRCOOP (2003), de 4.666 em 1990 para 20.579 em 2001 (331%). Durante esse período o tema cooperativismo passou a ser reconhecido como parte da chamada economia solidária (social, plural, popular, etc). Gaiger (2011), por sua vez, ressalta que no Diretório de Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq há 91 dedicados ao cooperativismo e 92 relatam atividades relacionadas à economia solidária. Também assinala que o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) contabilizava, entre 2005/2007, quase 22 mil experiências dos mais variados tipos. Espera-se que, segundo a nova edição do mapeamento nacional, em breve haverá mais de 30 mil experiências. De acordo com Gaiger (2011, p. 240), entretanto, “diante do enorme trabalho coletivo necessário a essa coleta de dados [...] é preocupante constatar certo

⁵ Segundo Abrantes (2004, p. 37), a “mais antiga cooperativa documentada data de 1760, sendo composta por trabalhadores dos estaleiros de Woolwich e Chatam, na Inglaterra. Foi criada para moer os cereais dos associados, reduzindo os custos cobrados pelos moleiros estabelecidos.

⁶ Para uma introdução à história do cooperativismo, com destaque para o Brasil, ver Pinho (2003).

conformismo nos olhares, certa falta de curiosidade. Uma espécie de indolência cognitiva parece reinar [...].

Temos, portanto, ampla diversidade de experiências, inclusive impulsionadas por dezenas de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (vinculadas ou não a universidades), mas poucos estudos sobre aspectos teóricos e epistemológicos a respeito de cooperativismo e economia solidária.

Este contexto nos motivou a fazer uma pesquisa sobre o que tem sido publicado a respeito do tema *cooperativismo* no portal Scielo Brasil (www.scielo.br/) – por ser uma referência relevante para o próprio CNPq – no qual foram encontrados 31 artigos em 15 de julho de 2011. Elegemos como objetivo central refletir sobre aspectos teóricos e epistemológicos da literatura que trata de cooperativismo no Brasil. A pesquisa envolveu quatro pessoas, que leram na íntegra a totalidade dos textos, além de diversas reuniões de trabalho para definir, entre outros tópicos, os seguintes: a) critérios de análise, com a opção inicial pelo referencial teórico-epistemológico de Guerreiro Ramos e Edgar Morin; b) observações convergentes e divergentes a respeito de cada artigo, considerando-se os resumos dos mesmos numa primeira etapa, seguida de leitura integral, com elaboração de tabelas contendo comentários de cada texto; c) categorias possíveis, de acordo com as temáticas e disciplinas envolvidas; d) divisão de trabalho para redação de tópicos do artigo; e) releituras e análises de artigos destacados; f) leituras de livros vinculados à temática; g) redação final do artigo.

Este ensaio está estruturado da seguinte forma: além desta introdução e das conclusões, definimos duas seções. Na primeira trata-se de epistemologia da administração: estudos críticos e paradigma da complexidade. Para tanto, consideramos relevante apresentar brevemente os quatro paradigmas sociológicos propostos por Burrell e Morgan, em razão do destaque que esta referência tem alcançado no campo dos estudos organizacionais. Em seguida, apresentamos também de forma breve as contribuições teórico-epistemológicas de Morin e Ramos, contrapondo-as ao que consideramos como limitações dos paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan.

Na segunda seção, apresentamos algumas reflexões sobre artigos selecionados a partir do portal Scielo Brasil, destacando cinco artigos que consideramos mais pertinentes quanto ao nosso objetivo. Depois destacamos duas subseções, a primeira que trata dos artigos que pertencem à psicologia e à sociologia e a segunda que trata de artigos classificados como da área de economia/administração. Nestas duas subseções fazemos alguns questionamentos sob o enfoque crítico-complexo. Nas considerações finais, destacamos algumas idéias que consideramos relevantes como resultados do trabalho, além de algumas observações que visam contribuir com uma ampliação do enfoque epistemológico nas pesquisas que tratam de cooperativismo.

1. Epistemologia da Administração: Estudos Críticos e Paradigma da Complexidade

Em artigo recentemente publicado na Revista de Administração de Empresas, Maurício Serva volta a defender os estudos críticos e o paradigma da complexidade no estudo das organizações (SERVA *et al*, 2010), dando prosseguimento a uma argumentação iniciada na década de 1990 (SERVA, 1992; 1993; 1997). Na realidade, este autor tem contribuído para a articulação do paradigma crítico – no qual considera especialmente a obra de Guerreiro Ramos –, com o paradigma da complexidade, destacando a obra de Edgar Morin. Tal argumentação é desenvolvida em oposição ao paradigma funcionalista. Com efeito, há uma ampla literatura crítica aos limites do paradigma funcionalista, especialmente na Europa continental e na América Latina, mas também na cultura anglo-saxônica (mais na Inglaterra do que nos Estados Unidos). Uma das contribui-

ções que mais influenciou os estudos organizacionais foi a proposição de quatro paradigmas sociológicos feita por Burrell e Morgan em 1979. Faremos a seguir uma síntese dos quatro paradigmas sociológicos – funcionalista, interpretativo, humanista radical e estruturalista radical – visando, com isso, mostrar em que sentido a contribuição crítico-complexa de Guerreiro Ramos e Morin se distingue desta abordagem. Isto nos permitirá uma melhor caracterização do referencial utilizado nesse estudo.

1.1. Quatro Paradigmas Sociológicos de Burrell e Morgan

Partindo de uma adaptação da noção de paradigma de Kuhn (1970) – que considerava pré-paradigmáticas as ciências sociais por não terem atingido a estabilidade paradigmática da ciência normal, própria das ciências naturais – Burrell e Morgan (1979) assumem o desafio de conceber quatro paradigmas sociológicos *mutuamente excludentes*, sendo dois deles abrigados sob uma sociologia da regulação (paradigma funcionalista e paradigma interpretativo) e outros dois abrigados sob uma sociologia da mudança radical (humanismo radical e estruturalismo radical).

O paradigma funcionalista (PF) é vinculado à concepção de mundo positivista, cientificista, determinista. Burrell e Morgan afirmam que o funcionalismo foi originado na França nas primeiras décadas do século XIX, tendo recebido influências fortes de Comte, Spencer, Durkheim e Pareto. Para o PF a ciência social tenderia a assumir o mundo como algo composto de artefatos empíricos relativamente concretos, contendo relações que em princípio poderiam ser identificadas, estudadas e medidas com abordagens derivadas das ciências naturais. O PF busca explicações essencialmente racionais dos temas sociais, da ordem social, tendo enfoque pragmático. A burocracia é sem dúvida o tipo de organização mais associado ao PF.

O paradigma interpretativo (PI) concebe o mundo como algo social e intersubjetivamente construído, como um processo social emergente criado pelos indivíduos envolvidos, ou seja, a partir da experiência subjetiva, contrapondo-se ao funcionalismo, mas compartilhando com este uma forma de sociologia voltada para a regulação, para a manutenção da ordem estabelecida. A sociologia interpretativa busca compreender o mundo cotidiano sob um determinado *status quo*, sob um consenso e uma integração de valores. Burrell e Morgan destacam as influências do idealismo germânico, especialmente de Kant, na constituição deste paradigma, apontando a influência de Dilthey, Weber, Husserl e Schutz no princípio do século XX.

O paradigma humanista radical (PHR) concebe o mundo desde uma perspectiva subjetivista, visando transcender as limitações dos arranjos sociais existentes, a alienação ou a falsa consciência promovida pelo *status quo*. A crítica à estrutura ideológica visa liberar e promover o desenvolvimento humano. Burrell e Morgan afirmam que este paradigma, assim como o interpretativo, é derivado do idealismo germânico, particularmente de Kant e Hegel, na versão que Marx promoveu deste último. Portanto, Marx teria sido um dos fundadores do PHR, mas tal paradigma também teria sido influenciado pela fenomenologia de Husserl e, mais tarde, por Luckacs e Gramsci, além de diversos autores da Escola de Frankfurt (particularmente Habermas e Marcuse). Mais amplamente, o PHR teria sido influenciado pela filosofia existencialista de Sartre e escritos de Illich e Laing. O PHR fundamentaria uma nascente teoria antiorganização.

O paradigma estruturalista radical (PER) também é concebido por Burrell e Morgan como parte de uma sociologia da mudança radical, mas, ao contrário do PHR, aqui há uma visão objetivista sobre a realidade social. O PER enfatiza o conflito estrutural, os modos de dominação, visando a emancipação e a potencialidade da sociedade humana em termos políticos e econômicos. Este paradigma é associado por Burrell e Morgan ao

positivismo e ao determinismo, tal como ocorre com o funcionalismo. Ambos são no-motéticos, ou seja, buscam estabelecer leis de funcionamento da realidade considerada objetiva e realista. Marx teria sido a principal fonte do debate intelectual na constituição do PER. Autores da teoria social russa, como Engels, Plekhanov, Lênin e Bukarin são vistos como relevantes. Outros não influenciados por esta teoria, como Althusser, Poulantzas, Colleti, além de vários sociólogos da chamada Nova Esquerda, são também lembrados. Burrell e Morgan ainda incluem, como fontes do PER, Weber, Dahrendorf e Lockwood. Quanto à análise organizacional, o PER teria contribuído com a concepção de organização radical.

1.2. Contribuições Teórico-Epistemológicas de Edgar Morin e Guerreiro Ramos

De acordo com Morin (1991), a palavra *paradigma* vulgarizou-se no vocabulário dos debates científicos anglo-saxões. Ele reconhece a contribuição de Kuhn, assim como a sua insuficiência. Considera que a noção semelhante de *episteme* em Foucault (definida como as condições de possibilidade de um saber) tem um sentido mais radical e mais amplo que *paradigma* em Kuhn, mas também a considera simplificada (por pressupor que, numa cultura, num dado momento, há apenas *uma episteme*). Morin também toma como referência a noção de *mindscapes* (paisagem mental), de Maruyama, como relevante para a revisão do conceito de *paradigma*.

[...] um grande paradigma (*episteme, mindscapes*) controla não só as teorias e os raciocínios, mas também o campo cognitivo, intelectual e cultural no qual nascem as teorias e os raciocínios. Ele controla, além disso, a epistemologia que controla a teoria, e controla a prática que decorre da teoria (MORIN, 1991, p. 187). [...] Como Foucault para a *episteme*, utilizarei o termo *paradigma* não só para o saber científico, mas também para todo o conhecimento, todo o pensamento, todo o sistema noológico (Idem, p. 187, 188) [...] um paradigma contém, para todos os discursos que se efetuam sob o seu domínio, os conceitos fundamentais ou as categorias mestras da inteligibilidade, ao mesmo tempo que o tipo de relações lógicas de atração/repulsão (conjunção, disjunção, implicação ou outras) entre estes conceitos ou categorias. Assim, os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo os paradigmas inscritos culturalmente neles. Os sistemas de ideias são radicalmente organizados em virtude dos paradigmas (Idem, p. 188).

Esta definição tem caráter simultaneamente semântico, lógico e ideológico. O autor considera que é em razão do “triplo sentido generativo e organizacional que o paradigma orienta, dirige, controla a organização dos raciocínios individuais e dos sistemas de ideias que lhe obedecem” (Idem, p. 118).

Reconhecemos que a noção de *paradigma* em Morin representa um grande desafio para quem pretende apresentá-la sinteticamente. Com efeito, entendemos como indispensável, nesse sentido, a leitura do capítulo 3 do volume 4 da série *O Método*, para uma compreensão das principais características deste conceito. E apresentamos aqui um exemplo do próprio autor:

[...] há dois paradigmas dominantes a respeito da relação homem/natureza. O primeiro inclui o humano no natural, e todo o discurso obedecendo a este paradigma faz do homem um ser natural e reconhece a *natureza humana*. O segundo paradigma prescreve a disjunção entre os dois termos e determina o que há de específico no homem por exclu-

são da idéia de natureza. Estes dois paradigmas opostos têm em comum o fato de obedecerem, tanto um como o outro, a um paradigma ainda mais profundo, que é o paradigma de simplificação, o qual, perante qualquer complexidade conceptual, prescreve a redução (aqui do humano ao natural), ora a disjunção (aqui entre o humano e o natural), o que impede que se conceba a *unidualidade* (natural e cultural, cerebral e psíquica) da realidade humana, e impede igualmente que se conceba a relação simultaneamente de implicação e de separação entre o homem e a natureza. Falta um paradigma complexo dialógico de implicação/disjunção/conjunção que permitiria uma tal concepção (MORIN, 1991, p. 188).

Na história das relações entre as ciências e a filosofia Edgar Morin (1998; 1991) observa dois grandes paradigmas, que incluem outros, de menor alcance: o paradigma disjuntor-redutor e o paradigma da complexidade. O primeiro está fundamentado na dicotomia entre sujeito e objeto, qualidade e quantidade, assim como no afastamento da filosofia em relação às ciências particulares. É expresso pelo cartesianismo, pelo mecanicismo, pelo positivismo, pelo funcionalismo e suas derivações. O paradigma da complexidade, por sua vez, fundamenta-se na crise do paradigma disjuntor-redutor, desde a revolução da física quântica, da emergência da fenomenologia e, desde meados do século XX, nos diálogos interdisciplinares e nas abordagens transdisciplinares. Entretanto, nem toda abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar é parte do paradigma da complexidade.

Na abordagem deste paradigma emergente é retomado o diálogo entre filosofia e ciências particulares. As dicotomias do paradigma disjuntor-redutor são revistas criticamente. A própria noção de dialética é revista por Morin como *dialógica*, considerando a rigidez ideológico-política sofrida pela dialética nos embates classistas e partidários (MORIN, 2004). Antes disso, “já havia uma insuficiência dialética na concepção do real, em Hegel e em Marx. Eles viram a descontinuidade e a oposição entre o real e o irreal, bem mais do que a sua continuidade e fecundação recíproca” (MORIN, 2004, p. 30).

A maior obra de Morin, *La Méthode*, em seis volumes, analisa e articula conceitos fundamentais de diversas ciências e da filosofia, propondo sete princípios metodológicos que configuram um guia para um pensar complexo: a) organizacional ou sistêmico; b) hologramático; c) de retroatividade; d) de recursividade; e) de autonomia/dependência; f) dialógico; g) de reintrodução do sujeito cognoscente em todo o conhecimento (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003).

Quanto à relação entre o paradigma da complexidade e as noções de economia solidária e serviços de proximidade, defendidas pelo autor, a obra que serve de referência é *Política de Civilização*, em parceria com Sami Naïr (1997). A política de civilização inclui aspectos como solidariedade, qualidade de vida, regeneração, resistência, restauração ética e esperança:

Uma sociedade só pode avançar em complexidade se progredir em solidariedade. Com efeito, a complexidade crescente comporta liberdades crescentes, possibilidades de iniciativas acrescidas, possibilidades tão fecundas como destrutivas, de desordem. A extrema desordem deixa de ser fecunda e torna-se principalmente destrutiva, e a extrema complexidade degrada-se em desintegração do todo em elementos disjuntos. O retorno das obrigações pode evidentemente manter a coesão do todo, mas em detrimento da complexidade; a única solução integradora favorável à complexidade é o desenvolvimento da solidariedade autêntica, não imposta, mas interiormente sentida e vivida como fraternidade. A

fórmula do Solidarnosc é válida nesse sentido: *não há liberdade sem solidariedade* (MORIN, p. 152; 153 em MORIN; NAÏR, 1997).

A vinculação da abordagem da complexidade aos estudos organizacionais tem ocorrido especialmente por intermédio dos chamados *estudos críticos*, abertos à interdisciplinaridade (BOEIRA; VIEIRA, 2006). Guerreiro Ramos foi um dos pioneiros na abordagem dos estudos críticos. O quadro 1, a seguir, apresenta as três principais abordagens dos estudos organizacionais.

Abordagens	Características e Autores Principais
Comportamento organizacional	Herdeira da psicologia dominante nos EUA. Vinculada ao paradigma funcionalista. Trata de temas como motivação, liderança e tomada de decisão nas organizações.
Estruturalista (sociologia das organizações)	Influenciada por sociólogos norte-americanos (Gouldner, Selznick, Merton), que tratam de burocracia e sistemas sociais, no caminho aberto pela interpretação que Parsons fez de Weber. Vinculada ao paradigma funcionalista.
Estudos críticos	Busca revelar algumas dimensões da análise organizacional não percebidas pelo paradigma funcionalista. Tem enfoque interdisciplinar, promovendo o diálogo entre as ciências sociais (antropologia, sociologia, psicologia, economia, história, ciência política). Trata temas como gênero, conflito interétnico, poder, ideologia, ética e cultura. Alguns nomes associados a esta abordagem: Chanlat, Aktouf, Burrell, Morgan, Clegg, Enriquez, Gaulejac, Girin. No Brasil, destacam-se Guerreiro Ramos , Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta.

Quadro 1: *Principais Abordagens dos Estudos Organizacionais*

Fonte: Elaboração própria a partir do ensaio de França Filho (2004).

A teoria da delimitação de sistemas sociais, de Guerreiro Ramos (1981), parte da crítica à razão moderna e à sua influência sobre a teoria da organização. A racionalidade instrumental tem exercido um impacto desfigurador sobre a vida humana associada. De acordo com Ramos, na sua crítica da razão como cálculo utilitário de conseqüências – a razão

[...] era entendida como força ativa na psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro e, assim, a ordenar sua vida pessoal e social. Mais ainda, a vida da razão na psique humana era encarada como uma realidade que resistia à sua própria redução a um fenômeno histórico e social (RAMOS, 1981, p. 2,3).

Ramos (1981, p.3) critica a transformação da razão e a sua “conversão do concreto no abstrato, do bom no funcional, e mesmo do ético no não-ético”. Sobre a racionalidade substantiva, escreveu que é “diretamente apreendida pela consciência humana, não pela mediação social. Ela impele o indivíduo na direção de um esforço contínuo, responsável e penoso para dominar suas paixões e suas inclinações inferiores” (RAMOS, 1981, p. 16). Ainda segundo este autor – comentando o que chamou de “trabalho de restauração de Eric Voegelin” – “uma boa sociedade é fundada na hierarquia” e o “igualitarismo absoluto é contrário à vida da razão, cujos requisitos, por si sós, produzem a *boa sociedade*” (RAMOS, 1981, p. 17). Para Ramos, *status*, riqueza, raça e sexo não deveriam ter vez, como critérios para alocação de autoridade e poder. Entretanto, as sociedades centradas no mercado têm tomado, desde o século XVII, tais critérios para a

alocação de autoridade e poder, a partir da consideração da economia como uma dimensão ou sistema dominante sobre as dimensões da fenomenia e da isonomia.

No paradigma paraeconômico proposto pelo autor, cenários e sistemas sociais multidimensionais seriam obra de ciência e arte, simultaneamente. As organizações são concebidas como sistemas epistemológicos ou cognitivos. A economia é vista como espaço da razão instrumental em quaisquer formas de organizações, sejam lucrativas, sem fins lucrativos ou agências estatais. A isonomia é concebida como espaço da razão substantiva e seu objetivo essencial é permitir a atualização de seus membros, independentemente das prescrições impostas. É o espaço da vocação e de um relacionamento social generoso. A fenomenia, também como dimensão em que predomina a razão substantiva, é concebida como um sistema social iniciado e dirigido por um indivíduo ou pequeno grupo, um espaço para obras automotivadas, voltadas para a liberação da criatividade (RAMOS, 1981). No quadro a seguir Paes de Paula (2004) apresenta estas definições complementadas por descrição de características principais:

Categorias	Definição	Características
<i>Economia</i>	Contexto organizacional altamente ordenado, como os monopólios, as firmas competidoras e as organizações sem fins lucrativos que se voltam para a produção de bens ou serviços.	a) Os clientes para os quais produz bens e/ou presta serviços têm influência direta ou indireta no planejamento e execução de suas atividades; b) A sua sobrevivência está condicionada à eficiência com a qual produz bens e/ou presta serviços para os clientes; c) Em geral assumem grandes dimensões de tamanho e complexidade; d) Os seus membros são detentores de empregos e avaliados como tais; e) A circulação de informações é condicionada pelos interesses pessoais ou empresariais.
<i>Isonomia</i>	Contexto organizacional no qual os membros são iguais, como, por exemplo, as associações de estudantes e minorias, as empresas de propriedade dos trabalhadores, algumas associações artísticas e religiosas, associações locais de consumidores e grupos de cidadãos interessados em assuntos e problemas da comunidade.	a) Tem como objetivo essencial permitir a atualização de seus membros, baseada em prescrições mínimas que são estabelecidas por consenso; b) É autograticificante, pois nela indivíduos livremente associados desempenham atividades compensadoras em si mesmas; c) As atividades são promovidas como vocações e não como empregos; d) O sistema de tomada de decisões e de fixação de diretrizes políticas é abrangente, não diferenciando entre líderes e liderados; e) Sua eficácia está condicionada à prevalência de relações interpessoais primárias entre seus membros.
<i>Fenonomia</i>	Sistema social “... <i>mais ou menos estável, iniciado e dirigido por um indivíduo, ou um pequeno grupo, que permite aos seus membros o máximo de opção pessoal e um mínimo de subordinação a prescrições operacionais formais</i> ” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 152). É o caso de oficinas de artistas, escritores, jornalistas, inventores e outros que trabalham por conta própria.	a) A constituição de um ambiente no qual as pessoas possam liberar sua criatividade, que seja estabelecido com plena autonomia; b) Seus membros se engajam em obras automotivadas, que consideram relevantes em termos pessoais; c) Trata-se de um cenário social protegido do mercado: a comercialização de seus produtos é consequência e não finalidade; d) Apesar de interessados em suas próprias singularidades, seus membros têm consciência social.

Quadro 2: *Características das Principais Categorias do Paradigma Paraeconômico*

Fonte: Paes de Paula (2004).

França Filho (2010, p. 176) desenvolve uma análise da noção de paraeconomia em Guerreiro Ramos e conclui que a mesma continua atual “em termos de novos horizontes para o desenvolvimento local”. Além disso, França Filho reconhece a atualidade das “implicações críticas em termos ecológicos” que o livro *A nova ciência das organizações* mobiliza, bem como reconhece a “proximidade da abordagem da paraeconomia com a noção de economia plural” ou economia solidária.

1.3. Limitações dos Paradigmas Sociológicos de Burrel e Morgan

Os quatro paradigmas ditos “sociológicos” elaborados por Burrel e Morgan (1979) são em grande medida derivados de contribuições filosóficas, além de outras ciências humanas, como a história, a sociologia e a psicologia. São padrões transdisciplinares forjados sob determinados critérios e pressupostos que permitem diluir certas diferenças teóricas, epistemológicas e ideológicas. Ainda que tenham sido propostos como forma de ampliar o leque de possibilidades de análises organizacionais, Burrel e Morgan o fizeram a partir de uma consideração limitada e racionalista da noção de paradigma. Como é amplamente conhecido, Thomas Kuhn (1970) considerava as ciências sociais como pré-paradigmáticas justamente porque as mesmas não teriam alcançado a estabilidade da ciência normal ou paradigmática, distanciando-se tecnicamente do senso comum (KUHN, 1970) A noção de paradigma de Kuhn, embora derivada de contribuições de diversas ciências e da filosofia, não estimulava o diálogo interdisciplinar nem a transdisciplinaridade (BOEIRA; KOSLOWSKI, 2009). Kuhn inclusive abandonou o conceito de paradigma após receber diversas críticas, optando pelo conceito de matriz disciplinar.

Do ponto de vista das contribuições de Morin (em mais de três décadas de múltiplas publicações sobre epistemologia da complexidade), os paradigmas propostos por Burrel e Morgan são muito limitados justamente porque pressupõem um progresso linear que vai da filosofia à sociologia e que, a partir desta, pressupõem uma dicotomia entre uma sociologia da regulação e uma sociologia da mudança radical. Há uma simplificação, reducionismo e disjunção inerentes à proposta dos autores.

Do ponto de vista da obra de Ramos, os quatro paradigmas sociológicos também podem ser considerados muito limitados, dado que se inserem numa concepção disciplinar, fragmentada e pretensamente universalista da sociologia. Ramos fez uma crítica das ciências sociais modernas, ocidentais, como parte da crítica à teoria organizacional dominante. Enfatizou o diálogo da sociologia com a filosofia (em particular a ética), com a psicologia, com a ecologia e com a história, numa abordagem transdisciplinar e crítica.

Consideramos, portanto, que os quatro paradigmas sociológicos propostos por Burrel e Morgan, embora tenham contribuído com o avanço específico do debate sobre a sociologia das organizações ao final da década de 1970 e início da década de 1980, mostraram-se limitados no sentido de abordar a complexidade emergente no mundo organizacional e interorganizacional contemporâneos. Do ponto de vista epistemológico, entendemos que foram superados por Ramos e Morin (entre outros autores). As contribuições destes permitem compreender melhor a emergência de organizações não-convencionais, tais como as que fazem parte da história do cooperativismo e da economia social/solidária.

Tendo em vista a compreensão ampla e convergente das contribuições de Morin e de Ramos, entre outros autores, a respeito das relações entre filosofia e ciência ao longo da história, elaboramos um quadro sintético, apresentado a seguir.

Relações entre Filosofia e Ciência	Algumas Características Relevantes	Periodização
Antes das Grandes Transformações Epistemológicas	Filosofia e ciência convivem como formas de construção da racionalidade, confrontando os mitos e as explicações não racionais sobre o Cosmos. Muitos filósofos são também cientistas e vice-versa. Gradualmente ocorre uma diferenciação entre atividade filosófica e atividade científica. Predomínio das concepções geocêntrica e teocêntrica do Universo.	Da Antiguidade anterior a Cristo até o Renascimento.
1ª Revolução Epistemológica: Emergência do Paradigma Dominante na Ciência Ocidental	A concepção heliocêntrica do Universo se impõe sobre o geocentrismo. A concepção antropocêntrica se destaca, enquanto o teocentrismo perde <i>status</i> com a separação jurídica entre Estado-nação e religião organizada. Disjunção entre senso comum e ciência, além de disjunção entre ciência e filosofia/humanidades; Emergência da ciência moderna e suas ramificações disciplinares. O método das ciências naturais e exatas, com a física em primeiro lugar, assume a condição de paradigma para o conjunto das ciências. Redução da complexidade às fórmulas simples (abstratas), matemáticas, ou a leis como a da oferta e da procura (economia), da gravidade (astronomia). Emerge o paradigma dominante, disjuntor-redutor ou antropocêntrico, que serve de base para a chamada administração científica de Taylor e Fayol, assim como para o funcionalismo e o fenômeno da burocracia na modernidade.	Entre séculos XVI e XX. Ainda é predominante no século XXI.
1ª Reforma Epistemológica da Ciência Ocidental	Irupção da incerteza no âmago das ciências exatas e naturais, especialmente com a emergência da física subatômica e quântica, na contracorrente da física clássica (newtoniana-cartesiana). Incerteza esta que conduz ao questionamento filosófico das ciências (nova epistemologia). Reaproximação entre filosofia e ciência, incluindo aspectos fenomenológicos e hermenêuticos no debate sobre o positivismo. Há uma crise do paradigma dominante, que se mantém por intermédio da disjunção-redução disciplinar e burocrática nas universidades. A chamada Escola de Relações Humanas surge em parte como crise da Escola Clássica da Administração Científica, em parte como continuidade dos pressupostos funcionalistas desta.	Primeira metade do século XX
2ª Reforma Epistemológica da Ciência Ocidental: Emergência de um Novo Paradigma	Emergência de um novo paradigma científico-filosófico, com base na ecologia, na retomada da visão sistêmica e em diversos diálogos inter e transdisciplinares; reaproximação entre ciência e senso comum sob leitura crítica. A transição paradigmática se resume no confronto entre um paradigma disjuntor-redutor e um paradigma da complexidade, emergente ou paraeconômico cujo eixo seria a busca de associação sem fusão e distinção sem disjunção/separação entre os saberes, ou entre as racionalidades instrumental e substantiva. Crítico da setorialidade institucional (burocratização) e diálogo intersetorial e entre Estado, sociedade civil e mercado. Uma nova ciência das organizações emerge. A crise civilizatória e ecológica é traduzida como crise de sustentabilidade social, ambiental, política e econômica das sociedades e das organizações. A tradição do cooperativismo é revista como parte da economia social e solidária.	Segunda metade do século XX até os dias atuais

QUADRO 3: *Características das Relações entre Filosofia e Ciência na História*

Fonte: Elaboração própria a partir da contribuição de diversos autores.⁷

⁷ Entre os autores consultados para a elaboração do quadro acima destacam-se Morin e Le Moigne (2000); Vasconcelos (2002); Ramos (1981); Santos (2000); Serva *et al* (2010); França Filho (2010).

2. Reflexões Sobre Artigos Seleccionados a Partir do Scielo Brasil

2.1. Cinco Artigos em Destaque

A seguir, destacamos cinco artigos que, ao contrário dos demais, apresentaram posicionamentos teórico-epistemológicos ou pelo menos uma contribuição teórica significativa para os objetivos desse ensaio.

2.1.1. Marília Veríssimo Veronese e Pedrinho Guareschi (2005)⁸, no artigo intitulado *Possibilidades Solidárias e Emancipatórias do Trabalho: Campo Fértil para a Prática da Psicologia Social Crítica*, fazem referência explícita a aspectos epistemológicos (ou metateóricos). O estudo de Veronese e Guareschi revisa brevemente os principais conceitos relativos ao trabalho associativo, cooperativo e solidário, vinculando-os a questões da subjetividade e da contemporaneidade. Além disso, questiona as referências emancipatórias das ciências sociais críticas, em particular a psicologia, para isso tomando como base a obra do sociólogo e epistemólogo Boaventura de Sousa Santos. A pesquisa que resultou na elaboração do artigo fez parte de uma pesquisa mais ampla, visando a elaboração da tese de doutorado de Veronese (2004) intitulada *A Psicologia na Transição Paradigmática: um Estudo sobre o Trabalho na Economia Solidária*, com orientação de Guareschi e co-orientação de Santos. De um modo geral, observa-se que estes dois trabalhos contribuem tanto no sentido de elucidação da realidade do cooperativismo como parte da economia solidária quanto permitem perceber as limitações disciplinares da psicologia no contexto do paradigma da ciência moderna.

Há uma significativa compatibilidade entre a abordagem crítico-complexa e a abordagem de Santos. Ambas são caracterizadas pela transdisciplinaridade, pela crítica à ciência moderna e pela defesa de mudanças paradigmáticas tanto em termos sociopolíticos quanto filosóficos e científicos. O estudo em questão trata de uma cooperativa urbana (em Porto Alegre), que existiu entre 2000 e 2003, tendo enfrentado graves problemas institucionais. O texto analisa também a reflexão de um grupo remanescente de associados na tentativa de constituir uma nova cooperativa, a partir do reconhecimento dos erros cometidos. Nesse processo, há um reconhecimento da complexidade dos empreendimentos solidários na contemporaneidade, bem como da conexão entre as mudanças paradigmáticas no âmbito social e científico.

2.1.2. O estudo de Márcia de Paula Leite⁹ (2009), intitulado *A Economia Solidária e o Trabalho Associativo: Teorias e Realidades* trata do cooperativismo como parte da chamada economia solidária, destacando três abordagens: a de Laville, a de Coraggio e a de Singer.

Laville (2006) teria sido o proponente do termo “economia solidária”, também chamada de economia plural.¹⁰ Para este autor, o cooperativismo é parte de uma economia que pressupõe um processo de democratização recíproca entre sociedade civil e poderes públicos, com pluralização dos princípios econômicos e das formas de propriedade. Distancia-se da economia doméstica e dá ênfase crescente ao desenvolvimento local e à qualidade de vida. Trata-se de um fenômeno novo, relacionado à crise salarial que foi desencadeada no último quartel do

⁸ Pedrinho Guareschi é doutor em Psicologia Social pela Universidade Wisconsin e trabalha na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Marília Veronese é doutora em Psicologia Social pela PUC-RS.

⁹ Doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo, professora da Universidade Estadual de Campinas e presidente da Associação Latinoamericana de Estudos do Trabalho (ALAST).

¹⁰ O termo “economia solidária” foi criado na França, em 1990, em meio às pesquisas do CRIDA (Centre de Recherche et d’Information sur La Democratie et l’Atonomie), coordenado por Laville, visando a emergência e o desenvolvimento do fenômeno da proliferação de iniciativas socioeconômicas diversas, chamadas de iniciativas locais (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 109).

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

século XX e que, embora retome a tradição cooperativista do século XIX, adquire novos significados na contemporaneidade.

Coraggio (2000) concebe o cooperativismo como parte da economia do trabalho ou economia social. Tal forma de economia se caracteriza também pela inclusão de atividades baseadas na economia doméstica, visando a criação de bens coletivos. Segundo este autor, na economia dos setores populares pode haver também relações de concorrência e inclusive de exploração, não somente de solidariedade. Essa “outra economia” não tem a pretensão imediata de substituir a economia centrada no capital, mas pode concorrer com esta, em articulações de microrredes, formando um sistema de economia do trabalho.

Singer (2000) concebe o cooperativismo como parte central da economia solidária e ensaio de socialismo. Sua abordagem da economia social como um modo de produção oposto ao modo de produção capitalista pressupõe a retomada dos princípios socialistas do cooperativismo de meados do século XIX, como resultado da crise do trabalho assalariado, do socialismo real e da social-democracia. Pressupõe também o deslocamento do foco dos movimentos emancipatórios da tomada do Estado para o fortalecimento da sociedade civil. A cooperativa é vista como um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos. Pressupõe convivência entre diferentes formas de produção.

Cabe observar, de um ponto de vista crítico-complexo, que nenhuma destas perspectivas reconhece um papel de destaque para a ecologia diante da economia. Isto contrasta com a perspectiva de Ramos e de Morin, autores que se caracterizam por uma abordagem ecológica da economia, ainda que sem descuidar de sua inserção social.

Márcia Leite destaca a complexidade da discussão, o contraste entre opiniões e teorias, o que tem gerado uma

zona nebulosa de contradições e discordância, com muito poucos pontos consensuais. Entre eles vale destacar que, para seus defensores, a idéia de economia plural, presente em Lavelle, Coraggio e Singer, que dá espaço para o surgimento de formas de produção capazes de se relacionar com o mercado e o Estado a partir de uma lógica diferente daquela baseada na acumulação capitalista: a lógica da sobrevivência. Se a existência dessas outras formas de economia (economia do trabalho para Coraggio; economia distributiva para Lavelle; economia socialista para Singer) possuem potencial transformador que poderá levar a uma reforma social mais substantiva é uma questão que fica em aberto (LEITE, 2009, p. 39).

2.1.3. A pesquisadora Leny Sato (1999)¹¹ desenvolve, no artigo intitulado *Djunta-Mon: O Processo de Construção de Organizações Cooperativas*, uma abordagem que se caracteriza pela convergência da psicologia com a antropologia, pela ênfase no reconhecimento da ambigüidade e da complexidade no processo de construção de formas alternativas de organização.

Tomando como referência principal a contribuição de Peter Spink (1991) em *O resgate da parte*, a autora sintetiza duas concepções de organização: a primeira é vista como um baú, na qual se pode mexer de modo a transformar o conjunto do que ela contém; na segunda concepção, a organização, vista sob o ângulo da antropologia, é um processo social que inclui diversas dimensões, materiais e simbólicas, não sendo possível transformar o conjunto sem considerar cada uma de suas partes e suas interações, numa dinâmica complexa e ambígua.

Sato critica a racionalidade instrumental como parâmetro na análise organizacional e ressalta a importância da compreensão das experiências de vida, das negociações interpesso-

¹¹ A autora é livre docente em psicologia pela Universidade de São Paulo e professora do Instituto de Psicologia da USP.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

ais, das contradições de interesses e expectativas, dos paradoxos do processo de formação organizacional. Com este enfoque, a autora manifesta preocupação quanto ao desafio da Universidade em evitar uma relação colonizadora sobre a população no trabalho cooperativo – referindo-se ao projeto das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Parece-nos que a abordagem de Sato (1999) é compatível com o enfoque crítico-complexo na medida em que apresenta uma tensão entre a razão instrumental e uma outra racionalidade, que Ramos denominou substantiva – sensível aos aspectos éticos e imprevisíveis das interações interpessoais; também ao destacar a complexidade, os paradoxos e as contradições a autora se aproxima da abordagem de Morin, ainda que não faça referência a este.

2.14. Ricardo Abramovay, Reginaldo Magalhães e Monica Schroder (2010)¹², em seu artigo intitulado *Representatividade e Inovação na Governança dos Processos Participativos: o Caso das Organizações Brasileiras de Agricultores Familiares*, apresentam um trabalho teórico-empírico. Os autores destacam uma revisão crítica da bibliografia sobre movimentos sociais e sua ênfase no conflito setorial, ilustrado pela experiência da FETRAF (organização basicamente sindical), contrapondo-a à literatura que trata de movimento cooperativista, ilustrado pelo Sistema CRESOL de Crédito Solidário (um conjunto de cooperativas), cuja agenda é multissetorial.

Os autores observam que ambas as organizações estimulam a participação social e têm vínculos com políticas governamentais, mas no caso do sindicalismo rural a participação é pouco inovadora, setorial, tendendo a confinar o movimento em relações institucionais já conhecidas, enquanto que no caso do cooperativismo de crédito a participação social e os vínculos com o Governo ocorrem a partir de incentivos que “estimulam o fortalecimento daquilo que a nova sociologia econômica chama de laços fracos e, portanto, abrem caminho para ampliar as próprias bases dos processos localizados de desenvolvimento” (Idem, p. 268).

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) constitui-se de início no sul do Brasil, em regiões de predomínio social e econômico de unidades familiares. Atualmente conta com 93 organizações (sindicatos e associações) que atuam em 288 municípios da região sul. Em 2005, torna-se organização nacional e elege uma presidente mulher, um fato inédito no sindicalismo rural brasileiro.

Já o Sistema CRESOL é constituído por 104 cooperativas e reúne 70 mil sócios em 375 municípios da região sul do Brasil. Conforme dizem os autores, o CRESOL superou o próprio Banco do Brasil na distribuição de créditos na região, apoiando-se na valorização da “economia de proximidade, por meio da criação de formas de garantia em grupo” (Idem, p. 296). Os laços sociais diretos entre os participantes mantêm baixos os níveis de inadimplência, o que sustenta a saúde financeira do CRESOL, mas este precisa simultaneamente expor a economia de proximidade a parâmetros distantes das realidades locais, aos quais outras organizações, como o próprio Banco do Brasil, se submetem.

Os autores argumentam que as cooperativas de crédito, que investem na agricultura familiar,

procuram responder a uma espécie de quadratura do círculo: por um lado, formam-se em torno de certos objetivos políticos que pertencem ao domínio daquilo que Max Weber chamava de racionalidade material ou substantiva. Colocam-se abertamente como instrumentos de democratização do crédito, de

¹² Abramovay é doutor em ciência econômica pela UNICAMP (com pós-doutorado em ciências políticas); Magalhães é doutorando em ciência ambiental e Schroder é doutora em economia pela UNICAMP.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

ampliação das oportunidades para os mais pobres e de luta contra a pobreza (os postulados valorativos, citados por Weber): são finalidades coerentes com o ambiente organizativo, do qual resultam, fortemente marcado pelo trabalho das Comunidades Eclesiais de Base e pelas lutas em torno da ampliação do acesso ao crédito. Neste sentido, são estimuladas a fortalecer seus laços identitários e aquilo que Granovetter caracterizou como “laços fortes”. Apóiam-se, assim, em pequenos grupos locais que avalizam solidariamente o crédito [...] Ao mesmo tempo, porém, são organizações econômicas controladas diariamente (*on line*) pelo Banco Central do Brasil. Obedecem, assim, plenamente ao que Max Weber chamou de racionalidade formal da gestão econômica, e sua gestão responde a critérios de caráter “numérico e calculável” e que, portanto, não derivam do saber local e dos laços localizados e vividos entre grupos que partilham de experiências comuns” (Idem, p. 293).

Os autores observam, portanto, inovação e tensão entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental no cooperativismo de crédito rural, por um lado, e, por outro, a tendência ao fechamento institucional e setorial no sindicalismo rural. Trata-se de problemática relevante para novos estudos,¹³ porém cabe destacar que, do ponto de vista do referencial crítico-complexo deste artigo, Guerreiro Ramos assumiu o desafio de elaborar uma nova ciência das organizações com base na racionalidade substantiva – que foi percebida, mas não desenvolvida por Weber como alternativa à racionalidade instrumental. Caberia então questionar: não seria o Sistema CRESOL melhor compreendido a partir da teoria da delimitação de sistemas sociais de Guerreiro Ramos, distinguindo-se subsistemas isonômicos, fenonômicos e econômicos?

E quanto à sociologia econômica, tomada como referencial pelos autores, caberia questionar seus limites do ponto de vista do pensamento complexo. Não seria a sociologia econômica limitada por um viés funcionalista ou institucionalista? Ainda que se considere um avanço interdisciplinar uma reinterpretação da economia pela sociologia, não seria esta também uma alternativa insuficientemente crítica e simplificante, considerando-se, por exemplo, a crise ecológica global?

2.1.5. Márcia Luíza Pit Dal Magro e (sua orientadora) Maria Chalfin Coutinho (2008)¹⁴, no artigo intitulado *Os Sentidos do Trabalho para Sujeitos Inseridos em “empreendimentos solidários”*, fazem uma contribuição fundamentalmente empírica, ainda que sob um enfoque teórico significativo, interdisciplinar. O artigo tem como base uma dissertação de mestrado, com o mesmo título. O objeto empírico foi uma cooperativa do oeste catarinense fundada em 2003 e apoiada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Buscou-se evidenciar as problemáticas no sentido do trabalho e na autogestão.

As autoras argumentam que o processo de busca de emancipação por meio do trabalho não envolve apenas a esfera econômica ou um modo de produção, distribuição e consumo. Envolve também a “constituição de sentidos que permitam a reorganização das atividades humanas propostas por estas práticas alternativas” (Idem, p. 704). Com efeito, as práticas cooperativas estariam diante do desafio de projetar uma “transformação sistêmica em direção à superação do capitalismo” (Idem, p. 704), sob o risco de permanecerem “apenas uma resposta à crise do trabalho em que vivemos atualmente, funcionando como uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores pobres e excluídos do mercado de trabalho formal” (Idem, 704). As

¹³ Para uma análise do cooperativismo de crédito rural no Brasil recomenda-se ver a tese de Búrigo (2010).

¹⁴ Maria Chalfin Coutinho é doutora em ciências sociais pela UNICAMP, professora do Depto. de Psicologia da UFSC e coordenadora do Núcleo de Estudos do Trabalho e Constituição dos Sujeitos (NECTOS). Márcia Dal Magro é doutoranda em Psicologia pela UFSC e professora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

autoras buscam compreender se os referidos empreendimentos “conseguem produzir novos sentidos em relação aos processos de trabalho” (Idem, p. 704) para os sujeitos neles inseridos.

Para tornar mais claro o objeto de pesquisa, as autoras esclarecem que a cooperativa em questão tratava de serviços gerais e havia sido criada por iniciativa de uma incubadora vinculada à administração municipal. No momento da pesquisa a cooperativa tinha 110 associados, sendo apenas 26 na atividade específica de varrição das ruas da cidade. Também esclarecem que fizeram uma opção “teórico-epistemológica por uma abordagem qualitativa, considerando-se o caráter histórico-cultural do objeto”, sem limitar-se “ao nível instrumental” para realizar o estudo de caso (Idem, p. 705). Informam que foram realizadas nove entrevistas individuais, com roteiro semi-estruturado, e observações, com registro em diário de campo. Além disso, foram colhidos depoimentos de dois técnicos da incubadora vinculada ao empreendimento.

Como resultado, as autoras perceberam que os sentidos do trabalho, segundo os entrevistados, limitavam-se a dois aspectos: “exaltação do trabalho como meio de prover a subsistência” e “via de reconhecimento ou desvalorização social” (Idem, 705).

As autoras concluem que

Por ser uma cooperativa de serviços gerais, em que o único patrimônio dos sócios continuava sendo sua força de trabalho, não podemos afirmar que este empreendimento possibilitou a apropriação coletiva dos meios de trabalho, ou a afirmação daqueles sujeitos para além do mundo das necessidades, ou seja, para além da luta cotidiana pela sobrevivência. O trabalho de varrição também era repetitivo, fragmentado e, em certa medida, hierarquizado dentro da cooperativa, deixando uma margem muito estreita para a autonomia e a criatividade (Idem, p. 707).

O referencial teórico-epistemológico proposto por Boaventura de Sousa Santos é tomado em consideração, mas apenas de forma tangencial. Como referencial teórico, as autoras optam pela psicologia histórico-cultural, a partir de Vygotski e Gonzalez Rey, o que resulta numa abordagem tendencialmente microssocial, com incursões um tanto quanto genéricas no plano macrossocial (por exemplo, na crítica ao capitalismo).

Parece-nos, além disso, que a contextualização feita desconsiderou a racionalidade instrumental (RAMOS, 1981) e a adoção do paradigma da simplificação ou disjuntor-redutor (MORIN, 1991) da política pública municipal, já que ao criar uma incubadora visando a organização de uma cooperativa para serviços gerais a prefeitura buscou uma forma, no mínimo muito discutível (do ponto de vista legal e moral, inclusive), de gerar renda entre ex-desempregados a partir da prestação de um tipo de serviço público que não tem, necessariamente, viabilidade econômica, seja por meio de cooperativas ou empresas convencionais. O fracasso previsível então não seria da cooperativa, mas da própria formulação da política ambiental local (SEIFFERT, 2008).

Nesse caso, parece-nos que de fato o “empreendimento solidário” nem sequer poderia ser considerado uma cooperativa, a partir dos princípios da Aliança Cooperativista Internacional (<http://www.ica.coop/al-ica/>), já que houve nítida sobreposição da razão instrumental da prefeitura por intermédio da incubadora sobre os trabalhadores. Pedro Demo (2002) alertou quanto ao risco da “solidariedade como efeito de poder”. Isso nos leva a ressaltar a complexidade das políticas públicas que visam promover a formação de cooperativas e demais empreendimentos solidários.

2.2. Psicologia, Sociologia e Economia/Administração

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

A partir da análise dos 31 artigos encontrados no Scielo, três grandes áreas do conhecimento foram destacadas: sociologia, psicologia e administração/economia. Nos periódicos de sociologia foram destacados oito artigos, cinco nos de psicologia, quatro que se enquadravam numa abordagem mista de sociologia e psicologia e nove em administração/economia.

2.2.1. Psicologia e Sociologia

Com relação aos artigos classificados em psicologia, o tema *economia solidária* é abordado por todos os cinco artigos. Os temas associados a este são os seguintes: *produção de sentidos e relações de trabalho*, de Fávero; Eidelwein (2007); *saúde mental e trabalho*, de Coutinho *et al.* (2006); *psicologia social e subjetividade*, de Veronese; Guareschi (2005); *novas possibilidades de trabalho de psicologia*, de Barfknecht; Merlo; Nardi (2005); *psicologia social*, de Oliveira (2007).

Os temas apresentados nos artigos classificados em sociologia são os seguintes: *arranjos produtivos e capital social*, de Lins e Silva Pires (2011); *desenvolvimento territorial, processos participativos e aprendizagem/ inovação*, de Abramovay; Magalhães; Schroder (2010); *educação e práticas cooperativas*, de Frantz (2001); *economia solidária, sociabilidade e propriedade coletiva*, Morais *et al* (2011); *economia solidária, capital social, relações internas e redes*, de Silva; Oliveira (2009); *economia solidária, autogestão e geração de emprego e renda*, de Leite (2009); *significado de cooperação e cooperativismo*, de Scopinho (2007); *políticas habitacionais e intersectorialidade*, de Barreto; Paes de Paula; Gontijo (2010).

Os artigos classificados com uma abordagem mista de sociologia e psicologia têm como temas os seguintes: *psicologia social, economia solidária e valores ideológicos*, de Azambuja (2009); *economia solidária, sentidos do trabalho, emancipação social e desalienação do trabalho*, de Dal Magro; Coutinho (2008); *cooperação, confrontação e negociação*, de Sato (1999); *história do cooperativismo, psicologia social e do trabalho*, de Ide (2006).

Esperava-se encontrar o tema *cooperativismo* vinculando ao tema *economia solidária* e a diversas disciplinas, como administração, economia, sociologia, psicologia e outras que participam nuclearmente dos estudos organizacionais, um “campo historicamente contestado” (REED, 1998). Entretanto, analisando os dados da pesquisa no Scielo, verificou-se uma predominância da sociologia e da psicologia, perfazendo um total de 17 textos dos 31 analisados. Isto denota uma ênfase das pesquisas contemporâneas sobre cooperativismo nestas duas ciências sociais e, em termos de uma abertura interdisciplinar, representa um esforço ainda bastante limitado. No que se refere a dilemas paradigmáticos dos estudos organizacionais (BOEIRA; VIEIRA, 2006), representa, enfim, a continuidade do predomínio do paradigma disjuntor-reductor.

A ênfase disciplinar ou numa abertura limitada de diálogo interdisciplinar sequer levanta a problemática transdisciplinar e epistemológica. Os enfoques nos temas acima relacionados visam com frequência obter informações e descrições com uma interpretação que, via de regra, pouco ou nada reflete sobre os pressupostos metateóricos (epistemológicos, institucionais, ideológicos) das teorias ou conceitos utilizados para “verificação” dos “dados” ou “fatos”.

A riqueza das informações e descrições mantém-se, portanto, alheia ao questionamento do contexto da crise paradigmática, da crise civilizatória e ecológica. As ciências sociais aqui consideradas (psicologia, sociologia) contribuem tanto para revelar quanto para encobrir a realidade das organizações cooperativistas, se estas forem situadas no contexto multidimensional epistemológico, civilizatório e ecológico. As cooperativas são em geral consideradas quanto às suas ramificações ou tipos, mas quase invariavelmente as análises desconsideram seus aspectos ecológicos. Os sujeitos e suas ações são analisados como partes de sistemas

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

cooperativos contraditórios e complexos, mas tal “complexidade” com frequência é tomada como sinônimo de algo difícil, complicado, resistente à análise. A literatura que trata dos enfoques da *complexidade* é em geral desconsiderada, em favor do uso do termo *complexo* segundo o senso comum.

Apesar desta lacuna epistemológica, observada na maioria dos artigos sob o ângulo do que denominamos enfoque crítico-complexo, é relevante reconhecer que existe uma riqueza de informações e descrições quanto ao cooperativismo que é, em si mesma, um obstáculo à teorização e à análise epistemológica.

2.2.2. Economia/Administração

Dos nove textos que classificamos como sendo das áreas de administração e economia, contendo o termo “cooperativismo” no resumo e/ou como palavra-chave, descartamos três por não terem o cooperativismo como tema central em seu desenvolvimento. Os seis textos restantes abordam predominantemente a gestão financeira de cooperativas.

Os principais e autores temas presentes são: *propensão à falência* (dois textos; sendo um de Valéria Bressan, Marcelo Braga, Aureliano Bressan e Moisés Filho em 2011 e outro de Valéria Bressan, Marcelo Braga e João Lima em 2004), *financiamento externo* três textos; sendo dois deles de Régio Gimenes e Fátima Gimenes em 2006 e 2008 e outro de Davi Costa e Sigismundo Bialoskorski Neto em 2009) e *estratégia financeira para aumento de sobras* (um texto de Valéria Bressan, Marcelo Braga e João Lima em 2002). Destacam-se aqui, portanto, Valéria Bressan e Marcelo Braga com três publicações cada e Régio Gimenes, Fátima Gimenes e João Lima com dois textos cada um.

Entendemos que a dimensão econômica é relevante para o sucesso de qualquer cooperativa, porém a ênfase na gestão financeira denota um viés gerencialista, atrelado ao paradigma disjuntor-redutor.

Um dos trabalhos chega a reconhecer a natureza mais ampla da organização cooperativa e suas dimensões não econômicas, como pode ser percebido pelo seguinte trecho:

A dimensão de dono/usuário torna a cooperativa uma empresa mais complexa, do ponto de vista administrativo [...] portanto, as estratégias de investimento e crescimento da empresa não se norteiam somente pelos determinismos de mercado” (BRESSAN; BRAGA; LIMA, 2002, p. 4).

Porém, em seguida, os autores subordinam as dimensões sociais e políticas a um imperativo econômico, defendendo a velocidade de acumulação de capital “para que haja aumento do tamanho da empresa e conseqüente crescimento, atingindo, assim, as expectativas de seus donos (BRESSAN; BRAGA; LIMA, 2002, p. 4)”.

Como diria Ladislav Dowbor (2009, p. 1), “crescer por crescer é a filosofia da célula cancerosa”, ou seja, não podemos partir do pressuposto de que, quanto maior o crescimento econômico da cooperativa, maior a satisfação do cooperado. Esse pensamento reforça o que Guerreiro Ramos (1981) consideraria como o preceito de uma sociedade centrada no mercado que, ignorando a componente substantiva do indivíduo, associa diretamente a auto-realização humana ao aumento de riqueza material. Não se nega aqui a importância do enclave econômico, mas sim sua consideração como paradigma dominante. Sob o enfoque de uma teoria substantiva das organizações, torna-se possível e aceitável, por exemplo, delimitar o sistema econômico em prol de um equilíbrio dinâmico com outros enclaves sociais, voltados à autograti-ficação e interação simbólica, como é o caso dos cenários sociais “isonômico” e “fenonômico”.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Em sua argumentação, Gimenes e Gimenes (2008) citam Alves (2003, p.32) ao criticar os mecanismos de captação de recursos financeiros por parte das cooperativas, apontando que “os motivos que levaram as cooperativas a financiarem seu processo de crescimento com recursos de terceiros” são originados da “existência de sérios limites à autocalcapitalização”, que se deve “não apenas à legislação pertinente, mas, também, à própria doutrina cooperativista”.

Ao contrário das empresas formais, as cooperativas são obrigadas a reinvestir em si mesmas um percentual de seus lucros (sobras), possuindo também restrição quanto ao aporte de capital feito pelos seus sócios (cooperados). Essas regras pressupõem um modelo de crescimento endógeno, não oportunista, como o que pode ocorrer com uma empresa convencional, cujo objetivo principal é lucrar o máximo possível. De certa forma são parâmetros que tornam as cooperativas menos flexíveis em termos de investimento, mas que, por outro lado, asseguram maior estabilidade e adesão aos preceitos democráticos que as caracterizam.

Propor a quebra das regras de autocalcapitalização para resolver o problema de flexibilidade de investimento sem considerar a possibilidade de estabelecimento de redes de cooperativas no contexto das quais algumas se especializam na oferta de crédito para as outras é o mesmo que propor a transformação das cooperativas em empresas privadas.

Essa descaracterização da natureza das organizações cooperativas não advém somente de uma matriz teórica que predomina nas disciplinas de administração e economia, mas também do conflito existente no seio da gestão de grande parte das cooperativas brasileiras. Nesse sentido, o fracasso empírico alimenta a abordagem teórico-epistemológica simplificadora e vice-versa.

Do ponto de vista do paradigma paraeconômico e da teoria da delimitação de sistemas sociais (RAMOS, 1981), as cooperativas precisam ser consideradas como organizações ainda mais complexas que as convencionalmente voltadas para o mercado, requerendo tanto uma arte quanto uma ciência administrativa, visando evitar tanto o fracasso econômico (desprezo da eficiência regida pela racionalidade instrumental e burocrática) quanto o fracasso nas atividades autograficantes e simbólicas (desprezo da afetividade, da comunicação autêntica e da ética baseadas na racionalidade substantiva).

Conclusões

Este artigo partiu de uma abordagem do campo dos estudos organizacionais e teve como objetivo central refletir sobre as principais contribuições teóricas e epistemológicas sobre o cooperativismo, considerando-se um levantamento bibliográfico feito no portal Scielo Brasil (www.scielo.br/) em 15 de julho de 2011. Além disso, como um objetivo secundário, refletiu-se sobre a contribuição de três diferentes áreas do conhecimento nas quais os artigos foram predominantemente desenvolvidos, ou seja, psicologia, sociologia e economia/administração. Elegemos como referencial teórico-epistemológico a articulação das principais contribuições de dois autores: Alberto Guerreiro Ramos e Edgar Morin.

Após uma reflexão sobre a abordagem teórico-epistemológica proposta por Burrell e Morgan em 1979 a propósito de quatro paradigmas sociológicos (funcionalista, interpretativo, humanista radical e estruturalista radical), concluímos que a mesma seria inadequada para o estudo das contribuições teórico-epistemológicas sobre o cooperativismo. O contexto contemporâneo em que se renovam os estudos organizacionais sobre o cooperativismo apresenta desafios que ultrapassam as fronteiras da sociologia da regulação e da sociologia da mudança radical. A noção de paradigma de Thomas Kuhn, adaptada para os limites da sociologia das organizações, revelou-se demasiado estreita e dicotômica. Contrapondo-nos à abordagem dos quatro paradigmas sociológicos, concluímos que as contribuições de Guerreiro Ramos e de

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Edgar Morin, conjugadas, permitiriam uma abordagem crítico-complexa comparativamente mais significativa dos artigos selecionados durante a pesquisa.¹⁵

Entre os artigos encontrados selecionamos cinco que continham contribuições mais adequadas aos nossos objetivos e que permitiram uma reflexão, ainda que apenas introdutória, sobre os aspectos teórico-epistemológicos. Foi possível perceber, nesse sentido, a relevância da contribuição de Boaventura de Sousa Santos, que emerge como uma referência muito significativa nos estudos sobre cooperativismo e economia solidária (nacional e internacionalmente). Percebemos também que, embora tal contribuição seja compatível com a abordagem crítico-complexa, esta permite um questionamento dos limites disciplinares e teóricos dos estudos sobre o cooperativismo, especialmente em termos organizacionais, ecológicos e transdisciplinares, no contexto da crise civilizatória contemporânea.

Outra parcela de artigos selecionados, classificada como estudos elaborados nos limites da psicologia e da sociologia, com alguns diálogos interdisciplinares, também apresentaram contribuições teórico-epistemológicas insuficientes do ponto de vista crítico-complexo, assim como aqueles estudos que identificamos como parte da área de economia/administração. Parece-nos que os psicólogos, especialmente, têm apostado na construção de um campo de estudos de economia solidária e cooperativismo, campo este que nas últimas duas décadas tem sido ocupado, no Brasil, especialmente por economistas e sociólogos críticos do sistema capitalista. Por outro lado, no conjunto de estudos que mesclaram aspectos econômicos e administrativos, o que se observou foi uma abordagem economicista, gerencialista e financeira do cooperativismo.

Por influência de uma abordagem teórica de perfil disciplinar, com a busca de *recorte* do objeto para atingir *profundidade analítica* – o que é muito comum nas universidades, devido à hegemonia do paradigma disjuntor-redutor – obtém-se como resultado, frequentemente, uma desconexão ou conexão muito frágil entre os contextos locais, nacionais e globais dos fenômenos analisados. Enquanto a avança a interdependência entre tais contextos, em meio a uma inusitada crise civilizatória e ecológica, mantém-se nas universidades um ideal de rigor científico dominado pelo paradigma disjuntor-redutor. Cabe considerar que a institucionalização deste paradigma é beneficiada pela falta de formação epistemológica de muitos pós-graduandos e pelos prazos exíguos para apresentação de *resultados*, determinados por órgãos responsáveis pela formação científica.

¹⁵ Após leitura integral de todos os artigos verificou-se que oito artigos não seriam relevantes para esse estudo, pois não são efetivamente sobre cooperativismo, ainda que tenham alguma proximidade à temática, ou por terem uma contribuição basicamente empírica: *Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL)*, de Ávila (2006); *Grupos focais na investigação qualitativa da identidade organizacional: exemplo de aplicação*, de Bunchaft; Gondim (2004); *Fornecimento de hortifrutigranjeiros para unidades de alimentação e nutrição hospitalares*, de Schneider (2006); *Diagnóstico da floricultura no Rio Grande do Sul*, de Kämpf; Daudt (1999); *A rede paraense de agricultura familiar e biodiesel*, de Peixoto (2008); *Estriagem e alisamento: usinando uma autogestão na fábrica*, de Costa et al (2008), *Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores*, de Garcez Ghirardi et al (2005); *Cooperação e localidade: uma análise no contexto do agronegócio de flores*, de Pereira; Carvalho (2008).

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Nesse sentido, observamos na bibliografia pesquisada sobre cooperativismo um conjunto de contribuições que enfatizam aspectos factuais, pontuais, descritivos, sem uma contextualização e teorização condizentes com a complexidade das temáticas envolvidas. Os aspectos teóricos com muita frequência são considerados apenas pontos de apoio e passagem para a busca de dados e informações que nem sempre são questionados e por isso parecem simples e evidentes.

Concluimos, enfim, que há uma riqueza metateórica a ser explorada, tanto quanto há uma riqueza empírica nos inúmeros casos que envolvem cooperativas e outras organizações da economia solidária. Avançar no conhecimento transdisciplinar de tais fenômenos complexos é um desafio de pesquisa que ainda está em fase embrionária no Brasil.

Referências

ABRAMOVAY, R.; MAGALHAES, R.; SCHRODER, M. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações Brasileiras de agricultores familiares. *Sociologias* [online]. 2010, vol.12, n.24, pp. 268-306. ISSN 1517-4522.

ABRANTES, J. *Associativismo e cooperativismo*. Rio de Janeiro: Interciências, 2004.

ALVES, A. G. *As cooperativas agropecuárias e o BRDE: histórico, situação atual e perspectivas*. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Diretoria de Planejamento, Superintendência de Planejamento, 92 p. Disponível em http://www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/estudos_e_publicacoes/As%20Cooperativas%20Agropecuarias%20e%20o%20BRDE.pdf. Acesso em 30 de novembro de 2011.

AVILA, V. F. de. Realimentando discussão sobre teoria de desenvolvimento local (DL). *Interações (Campo Grande)* [online]. 2006, vol.8, n.13, pp. 133-140. ISSN 1518-7012.

AZAMBUJA, L. R. Os valores da economia solidária. *Sociologias* [online]. 2009, n.21, pp. 282-317. ISSN 1517-4522.

ARFKNECHT, K. S.; MERLO, A. R. C.; NARDI, H. C. *Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre*. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2006, vol.18, n.2, pp. 54-61. ISSN 0102-7182.

BARRETO, R. de O.; PAES DE PAULA, A.; GONTIJO, F. M. C. As limitações das políticas de habitação portuguesas: reflexões sobre a importância da intersectorialidade. *Cadernos EBAPE.BR* [online]. 2010, vol.8, n.4, pp. 627-643. ISSN 1679-3951.

BOEIRA, S. L.; KOSLOWSKI, A. A. Paradigma e disciplina nas perspectivas de Kuhn e Morin. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v.6, n.1, p. 90-115, jan./jul. 2009.

BOEIRA, S.L.; VIEIRA, P.F. Estudos organizacionais: dilemas paradigmáticos e abertura interdisciplinar. In: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.) *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2006.



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

- BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J.; BRESSAN, A. A.; RESENDE FILHO, M. de A. Avaliação de insolvência em cooperativas de crédito: uma aplicação do sistema Pearls. *Revista de Administração Mackenzie (RAM)* [online]. 2011, vol.12, n.2, pp. 113-144. ISSN 1678-6971.
- BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J.; LIMA, J. E. de. Avaliação de estratégias financeiras das cooperativas de cafeicultores do estado de Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociol. Rural* [online]. 2002, vol. 40, n.4, pp. 769-788. ISSN 0103-2003.
- BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J.; LIMA, J. E. de. Análise de insolvência das cooperativas de crédito rural do estado de Minas Gerais. *Estudos Econômicos* [online]. 2004, vol.34, n.3, pp. 553-585. ISSN 0101-4161.
- BUNCHAFT, A. F.; GONDIM, S. M. G. Grupos focais na investigação qualitativa da identidade organizacional: exemplo de aplicação. *Estudos de Psicologia (Campinas)* [online]. 2004, vol.21, n.2, pp. 63-77. ISSN 0103-166X.
- BÚRIGO, F. L. *Finanças e solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2010.
- BURREL; G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organizational analysis*. Heineman, London, 1979.
- BURREL; G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organizational analysis*. Heineman, London, 1979.
- CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Orgs.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COSTA, D. R. de M.; BIALOSKORSKI NETO, S. Metodologia de rating em cooperativas agropecuárias: um estudo de caso. *Gestão & Produção* [online]. 2009, vol.16, n.4, pp. 612-623. ISSN 0104-530X.
- COSTA, L. A.; BARBIERI, A. R.; MARASCHIN, C.; TITTONI, J. Estriagem e alisamento: usinando uma autogestão na fábrica. *Fractal: Revista de Psicologia* [online]. 2008, vol.20, n.2, pp. 447-459. ISSN 1984-0292.
- COUTINHO, M. C.; BEIRAS, A.; PICININ, D.; LUCKMANN, G. L. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a Psicologia em empreendimentos solidários. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2005, vol.17, n.1, pp. 7-13. ISSN 0102-7182.
- DAL MAGRO, M. L. P.; COUTINHO, M. C. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em "empreendimentos solidários". *Psicologia em Estudo* [online]. 2008, vol.13, n.4, pp. 703-711. ISSN 1413-7372.
- DEMO, P. *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

DOWBOR, L. O debate sobre o PIB: estamos fazendo a conta errada. Artigo publicado no *Blog do autor*. Disponível em: <<http://dowbor.org/wp/index.php/artigos/o-debate-sobre-o-pib-estamos-fazendo-a-conta-errada/>>. Acesso em: 19 out. 2011.

FAVERO, E.; EIDELWEIN, K. Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des)encontros. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2004, vol.16, n.3, pp. 35-40. ISSN 0102-7182.

FRANÇA FILHO, G. C. Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto. In: SANTOS, R. S. (Org). *A administração política como campo do conhecimento*. Salvador: Edições Mandacaru, Universidade Federal da Bahia, 2004.

FRANÇA FILHO, G. Decifrando a noção de paraeconomia em Guerreiro Ramos: a atualidade de sua proposição. *Organizações & Sociedade (O&S)*, 2010. Salvador, v. 17, n. 52, p. 175-197.

FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J. L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. *Sociologias* [online]. 2001, n.6, pp. 242-264. ISSN 1517-4522.

GAIGER, L. I. Contribuições para uma agenda de pesquisa. In: HESPANHA, P.; SANTOS, A.M. (Orgs.) *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Edições Almedina, 2011.

GARCEZ GHIRARDI, M. I.; LOPES, S. R.; BARROS, D. Dias; GALVANI, D. Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. *Interface (Botucatu)* [online]. 2005, vol.9, n.18, pp. 601-610. ISSN 1414-3283.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. M. P. Aplicabilidade da análise dinâmica do capital de giro como instrumento de avaliação da gestão financeira em cooperativas agropecuárias. *Revista de Economia Contemporânea* [online]. 2008, vol.12, n.1, pp. 129-150. ISSN 1415-9848.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. M. P. Cooperativismo agropecuário: os desafios do financiamento das necessidades líquidas de capital de giro. *Revista de Economia Contemporânea* [online]. 2006, vol.10, n.2, pp. 389-410. ISSN 1415-9848.

HESPANHA, P.; SANTOS, A.M. (Orgs.) *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Edições Almedina, 2011.

IDE, R. M. Uma análise das diferentes noções do cooperativismo na perspectiva construcionista. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2005, vol.17, n.2, pp. 70-78. ISSN 0102-7182.

KAMPF, A. N.; DAUDT, R. S. Diagnóstico da floricultura no Rio Grande do Sul. *Ciência Rural* [online]. 1999, vol.29, n.3, pp. 561-563. ISSN 0103-8478.



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

- KUHN, T. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.
- LAVILLE, J.L. Ação pública e economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO, G; LAVILLE, J. L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J.P. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- LEITE, M. de P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Revista Brasileira Ciências Sociais* [online]. 2009, vol.24, n.69, pp. 31-51. ISSN 0102-6909.
- LINS E SILVA PIRES, M. L. Cooperativismo e dinâmicas produtivas em zonas desfavorecidas: o caso das pequenas cooperativas agrícolas do Sul da França. *Sociologias* [online]. 2011, vol.13, n.26, pp. 228-261. ISSN 1517-4522.
- MORAIS, E. E. de; LANZA, F.; SANTOS, L. M. L. dos; PELANDA, S. S. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2011, n.105, pp. 67-88. ISSN 0101-6628.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Edição revista e modificada pelo autor. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- MORIN, E. *Em busca dos fundamentos perdidos: textos sobre o marxismo*. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- MORIN, E. *O método IV. As ideias: a sua natureza, vida, habitat e organização*. Edição original de Editions du Seuil. Portugal: Publicações Europa-América, 1991.
- MORIN, E.; CIURANA, E.; MOTTA, R. *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003.
- MORIN, E.; LE MOIGNE, J.L. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- MORIN, E.; NAÏR, S. *A política de civilização*. Lisboa: Arlea e Instituto Piaget, 1997.
- OLIVEIRA, F. de. Os sentidos do cooperativismo de trabalho: as cooperativas de mão-de-obra à luz da vivência dos trabalhadores. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2007, vol.19, n. spe, pp. 75-83. ISSN 0102-7182.
- PAES DE PAULA, A. P. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 3, 2004, *Anais...(CD-ROM)*, Atibaia, de 6 a 8 de junho, 2004.
- PEIXOTO, R. C. D. A Rede Paraense de Agricultura Familiar e Biodiesel. *Boetim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* [online]. 2008, vol.3, n.3, pp. 375-384. ISSN 1981-8122.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

- PEREIRA, J. P. de C. N.; CARVALHO, M. M. de. Cooperação e localidade: uma análise no contexto do agronegócio de flores. *Produção* [online]. 2008, vol.18, n.1, pp. 195-209. ISSN 0103-6513.
- PINHO, D. B. *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: Orgs. da edição original: Clegg; Hardy; Nord. Orgs. da edição brasileira: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998.
- SANTOS, B. S. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Vol. 1: a crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, B. S. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Vol. 1: a crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.
- SATO, L. "Djunta-mon": o processo de construção de organizações cooperativas. *Psicologia USP* [online]. 1999, vol.10, n.2, pp. 219-225 . ISSN 0103-6564.
- SCHNEIDER, A. P. Fornecimento de hortifrutigranjeiros para unidades de alimentação e nutrição hospitalares. *Ciência e Tecnologia de Alimentos* [online]. 2006, vol.26, n.2, pp. 253-258. ISSN 0101-2061.
- SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2007, vol.19, n.spe, pp. 84-94. ISSN 0102-7182.
- SEIFFERT, N. F. *Política ambiental local*. Florianópolis: Insular, 2008.
- SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. *RAE-revista de administração de empresas*, v. 37, n. 2, p. 18-30, 1997.
- SERVA, M. O fenômeno das organizações substantivas. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, 33 (2):36-43 Mar./Abr. 1993
- SERVA, M. O paradigma da complexidade e a análise organizacional. *RAE Revista de administração de empresas*, v. 32, n. 2, p. 26-35, 1992.
- SERVA, M.; DIAS, T.; ALPERSTEDT, G. D. Paradigma da complexidade e teoria das organizações: uma reflexão epistemológica. *Revista de Administração de Empresas*: São Paulo, v. 50, n. 3, p. 276-287, jul/set, 2010.



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. de L. Solidariedade assimétrica: capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de "economia solidária". *Revista katálysis* [online]. 2009, vol.12, n.1, pp. 59-67. ISSN 1414-4980.

SINGER, P. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Orgs.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SPINK, P. O resgate da parte. *Revista de Administração*, vol. 26, p. 22-31, abril/junho de 1991.

UNIRCOOP. *Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenário e tendências*. Rede Universitária das Américas em Estudos Associativos. Acesso em 30 de novembro de 2011. <http://www.unircoop.org/documents/coop/Brasil.pdf/>

VASCONCELOS, E. M. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar*. Epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002.

VERONESE, M. V. *A psicologia na transição paradigmática: um estudo sobre o trabalho na economia solidária*. Tese de doutorado em Psicologia; Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, abril de 2004.

VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2005, vol.17, n.2, pp. 58-69. ISSN 0102-7182.